



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

N. 2/2024 - GDG

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 19.3, X, b, do Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça, aprovado pela Instrução Normativa STJ/GP n. 40 de 10 de outubro de 2023, no que consta na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010, na Instrução Normativa STJ/GP n. 6 de 1º de março de 2019, na Resolução CNJ n. 336, de 29 de setembro de 2020, e no Processo Administrativo STJ n. 010181/2024, **TORNA PÚBLICA** a realização de processo seletivo para a formação de cadastro de reserva para estágio remunerado, conforme as disposições a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo é destinado à formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas de estágio de nível superior dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social (Comunicação Organizacional, Jornalismo, Publicidade e Propaganda), Direito e Secretariado Executivo (bacharelado e tecnólogo) que surgirem durante o período de validade do certame, nos termos da Lei n. 11.788/2008.

1.2. Poderão participar do processo seletivo alunos que estiverem com matrícula e frequência regular nos cursos elencados no item 1.1 vinculados às instituições de ensino públicas e particulares localizadas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

1.2.1. Nos termos da Lei Complementar distrital n. 94, de 19 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar distrital n. 163, de 14 de junho de 2018, a RIDE é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no estado de Goiás, bem como pelos municípios de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai, no estado de Minas Gerais.

1.3. Poderão participar do processo seletivo estudantes brasileiros ou estrangeiros com visto de permanência no País.

1.4. O processo seletivo será realizado por meio de aplicação de **prova on-line, análise curricular e entrevista e/ou avaliação de habilidades**.

1.5. O processo seletivo será executado e acompanhado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Superior Tribunal de Justiça – SGP/STJ.

2. DOS CURSOS

2.1. O cadastro de reserva das vagas para estágio remunerado no Superior Tribunal de Justiça destina-se aos alunos dos cursos elencados no quadro a seguir:

Educação superior - Graduação	
1	Arquivologia
2	Biblioteconomia
3	Comunicação Social – Comunicação Organizacional
4	Comunicação Social – Jornalismo
5	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
6	Direito
7	Secretariado Executivo (bacharelado e tecnólogo)

2.2. Para alunos do curso de DIREITO, o processo seletivo será dividido na forma a seguir:

2.2.1. Seleção específica para as diversas unidades do Superior Tribunal de Justiça.

2.2.2. Seleção específica para a SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS e a SECRETARIA JUDICIÁRIA.

2.3. A jornada de estágio é de vinte horas semanais, salvo para estudantes que optarem por participar da seleção elencada no item 2.2.2, que poderá ser de 20 ou 30 horas semanais.

3. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. Estudantes de nível superior, exceto do curso de Direito, **devem estar cursando, no momento da inscrição**, os semestres especificados a seguir:

Curso	Semestre
Arquivologia	A partir do 2º semestre
Biblioteconomia	A partir do 4º semestre
Comunicação Social – Comunicação Organizacional	A partir do 4º semestre

Comunicação Social – Jornalismo	A partir do 4º semestre
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	A partir do 4º semestre
Secretariado Executivo (bacharelado)	A partir do 2º semestre
Secretariado Executivo (tecnólogo)	A partir do 1º semestre

3.2. Estudantes de nível superior do curso de Direito **devem estar cursando, no momento da inscrição**, os semestres especificados a seguir:

Curso: Direito	Semestre
Seleção específica para diversas unidades do STJ.	A partir do 4º semestre
Seleção específica para a Secretaria de Processamento de Feitos e Secretaria Judiciária.	A partir do 3º semestre

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer as condições estabelecidas neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.2. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas previstas para o processo seletivo contidas neste edital e em demais publicações posteriores.

4.3. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas neste edital ou em demais publicações referentes a este processo seletivo implicará a eliminação do candidato.

4.4. A inscrição e a realização da prova *on-line* serão disponibilizadas somente no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>), no período de 30 de outubro de 2024 até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 12 de novembro de 2024, incluindo sábados, domingos e feriados. Não serão aceitas outras formas de inscrição.

4.5. Para realizar a inscrição no processo seletivo, o candidato deverá acessar o sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>), localizar a opção “FILTRE SUA PESQUISA”, selecionar a opção “STATUS DO PROCESSO” e, em seguida, a opção “INSCRIÇÕES ABERTAS”, localizar o logotipo do Superior Tribunal de Justiça e escolher a opção “INSCREVA-SE”.

4.6. A inscrição de alunos matriculados em localidades não mencionadas no item 1.2.1 deste edital será considerada sem efeito.

4.7. O candidato deverá, no ato da inscrição, informar semestre/ano que está cursando e o turno (matutino, vespertino ou variável) de disponibilidade para a realização do estágio.

4.8. No ato da inscrição, o candidato deverá informar dados pessoais e escolares válidos.

4.8.1. Caso declare algum dado errado, poderá corrigir desde que não tenha iniciado a prova *on-line*.

4.8.2. Para fazer a correção, o candidato deverá excluir a inscrição e refazê-la durante o período determinado no item 4.4 deste edital.

4.8.3. Após o término do período de inscrição, não será permitida nenhuma alteração nos dados declarados.

4.8.4. Caso a prova *on-line* tenha sido iniciada, não será permitida, em hipótese alguma, alteração dos dados declarados na ficha de inscrição.

4.9. O *e-mail* declarado deve ser válido para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada por essa via.

4.10. Será aceita somente uma única inscrição por candidato.

4.11. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CIEE do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher os dados de forma completa e correta.

4.12. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

4.13. O não recebimento pelo candidato de comunicação emitida via *e-mail*, seja por motivo de extravio, informações de endereço eletrônico incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas ou qualquer outro motivo, não desobriga o candidato do dever de consultar o edital e as publicações pertinentes ao processo seletivo no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

4.14. O candidato que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização do processo seletivo deverá assinalar, no ato da inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado.

4.14.1. Para requerer a utilização do nome social para os menores de dezoito anos não emancipados, os pais ou responsáveis deverão encaminhar, devidamente preenchido e assinado, requerimento específico para esse fim, conforme o Anexo II deste edital, para o *e-mail* eucandidato@ciee.org.br, sendo considerados apenas os *e-mails* enviados pelo candidato dentro do período de inscrição que receberem confirmação de leitura pelo CIEE.

4.14.2. No ato da inscrição, deverá ser informado o nome civil no campo “nome completo”, conforme documento de identificação oficial.

4.14.3. As publicações referentes ao candidato que solicitar a utilização do nome social serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

4.15. O Superior Tribunal de Justiça e o CIEE poderão, a qualquer tempo, verificar as informações fornecidas no ato da inscrição e adotar as medidas judiciais cabíveis, podendo o candidato, em caso de informações falsas, ser desclassificado do presente processo seletivo, ser acionado judicialmente ou, ainda, ser desligado caso tenha sido aprovado e contratado.

4.16. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

4.17. Dúvidas relativas ao processo seletivo poderão ser esclarecidas por meio da Central de Atendimento do CIEE, que atenderá pelo telefone (61) 3003-2433, das 8h às 17h, em dias úteis, ou via caixa corporativa eucandidato@ciee.org.br.

5. DAS RESERVAS DE VAGAS

5.1. Do total de bolsas de estágio do Superior Tribunal de Justiça, serão reservadas cotas, conforme especificado a seguir:

5.1.1. Para candidatos com deficiência: 10%, nos termos do art. 17, § 5º, da Lei n. 11.788/2008.

5.1.2. Para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos): 30%, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ n. 336/2020.

5.1.3. Para candidatos autodeclarados indígenas brasileiros: 10%, conforme o art. 6º, § 4º, da Instrução Normativa STJ/GP n. 6 de 1º de março de 2019.

5.2. Para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, esses deverão, no ato da inscrição, assinalar a opção correspondente, o que implica autodeclarar-se nessa condição.

5.2.1. O candidato com deficiência deverá, no ato da inscrição, realizar o *upload* da imagem legível do laudo médico, que deve atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência. O laudo deve conter, ainda, o nome do candidato, a assinatura e o carimbo do médico responsável por sua emissão, com o número da inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

5.2.2. O tempo para a realização da prova *on-line* poderá ser diferente daquele definido para os demais candidatos desde que requerido em laudo médico oficial, conforme especificado no item 5.2.1, que deverá ser enviado para o e-mail eucandidato@ciee.org.br, sendo considerados apenas os e-mails enviados dentro do período de inscrição que receberem confirmação de leitura pelo CIEE.

5.2.3. Em caso de aprovação, o candidato com deficiência deverá apresentar o laudo médico original ou cópia autenticada caso solicitado pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo CIEE.

5.2.3.1. Ao candidato com deficiência auditiva, além do laudo médico, poderá ser solicitado exame de audiometria tonal nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme o art. 5º, § 1º, I, alínea b, do Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

5.2.4. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no art. 2º da Lei n. 13.146/2015, no art. 4º do Decreto n. 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 5.296/2004, na Recomendação Conade n. 001, de 15 de julho de 2010, no § 1º do art. 1º da Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), na Lei n. 14.126, de 21 de março de 2021, na Lei n. 14.768, de 22 de dezembro de 2023, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal n. 6.949/2009, e, ainda, as contempladas pelo enunciado da Súmula n. 377, do Superior Tribunal de Justiça: "o candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência".

5.2.5. Não sendo comprovada a situação descrita nos itens 5.2.1, 5.2.3.1 e 5.2.4, o candidato não poderá ser admitido nas vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.2.6. O candidato com deficiência que necessitar de orientações para acessar recursos de acessibilidade para a realização da prova *on-line* deverá solicitá-las pelo e-mail eucandidato@ciee.org.br.

5.2.7. O candidato que não fizer o *upload* do laudo médico ou que encaminhar documentação em desacordo com o especificado no item 5.2.1. não poderá concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência e será classificado somente nas listas de ampla concorrência.

5.3. Para concorrer a uma das vagas reservadas aos candidatos negros (pretos ou pardos) ou indígenas brasileiros, o candidato deverá, no ato da inscrição, manifestar interesse em concorrer à vaga correspondente, o que implica autodeclarar-se em uma dessas condições.

5.3.1. A autodeclaração goza da presunção relativa de veracidade, ficando o candidato ciente de que poderá ocorrer o seu desligamento do estágio caso constatada, a qualquer tempo, a sua não veracidade.

5.4. O candidato que se inscrever na condição de candidato com deficiência, negro (preto ou pardo) ou indígena brasileiro, conforme os itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3, participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos em relação aos conteúdos das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida para aprovação.

5.5. O candidato que se inscrever na condição de candidato com deficiência, negro (preto ou pardo) ou indígena brasileiro, conforme os itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3, poderá concorrer, concomitantemente, a até duas cotas, se atender às condições exigidas e assinalar a opção correspondente, conforme especificado a seguir:

5.5.1. Negro (preto ou pardo) e candidato com deficiência.

5.5.2. Indígena brasileiro e candidato com deficiência.

6. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

6.1. O processo seletivo compreenderá três fases, a seguir descritas:

6.1.1. Primeira fase: aplicação de provas *on-line*, conforme especificado no item 7.

6.1.2. Segunda fase: análise curricular, conforme especificado no item 14.

6.1.3. Terceira fase: entrevista e/ou avaliação de habilidades, conforme especificado no item 15.

7. DA PROVA

7.1. A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório, e o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida, conforme o item 8, constará na lista de aprovados na primeira fase do processo seletivo.

7.2. A aplicação da prova objetiva observará os seguintes itens:

7.2.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, EXCETO DIREITO

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Gramática	20
	Interpretação de texto	10
	Regimento Interno do STJ	5
	Código de Conduta do STJ	5

7.2.3. EDUCAÇÃO SUPERIOR – DIREITO

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
---------------	----------------------	-----------------

Objetiva	Gramática	6
	Interpretação de texto	4
	Direito Administrativo	5
	Direito Civil	5
	Direito Constitucional	5
	Direito Processual Civil	5
	Direito Processual Penal	4
	Regimento Interno do STJ	3
	Código de Conduta do STJ	3

7.3. A prova *on-line* será realizada no período de **30 de outubro de 2024 até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 12 de novembro de 2024.**

7.3.1. Ao término da inscrição, o candidato estará apto a iniciar a prova *on-line*.

7.3.2. O candidato só poderá acessar a prova com o *login* e a senha cadastrados durante a inscrição.

7.3.3. Ao fazer o login no sistema de acesso à prova, o candidato receberá, via SMS ou *e-mail*, o código de confirmação para liberação do acesso à prova *on-line*.

7.3.3.1. O CIEE não se responsabiliza pelo não recebimento do código de confirmação relacionado no item 7.3.3 por problemas com computadores ou celulares, por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, falta de sinal, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

7.3.3.2. O candidato que tiver dificuldades no recebimento do código deverá enviar *e-mail* para eucandidato@ciee.org.br até as 12h do dia útil anterior ao término das inscrições.

7.3.3.2.1. No *e-mail* deverá constar o nome do Processo Seletivo Público, nome completo do candidato e o número do CPF, relato do erro que estiver ocorrendo e o envio da imagem/*print* da tela/erro apresentado.

7.3.4. O candidato terá dois minutos para responder a cada questão e, caso não responda no tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para a próxima questão.

7.3.4.1. A questão não poderá ser acessada após a sua conclusão ou após o término do tempo previsto para sua realização.

7.3.4.2. As questões serão selecionadas do banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.

7.3.5. Para desconectar e retomar a prova em outro momento, observado o período constante do item 7.3, o candidato deve clicar em **“Responder e sair da prova”**.

7.3.6. A desconexão por qualquer outro motivo que não seja o clique no botão **“Responder e sair da prova”** acarretará a perda de uma questão.

7.3.6.1. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito de substituição da questão.

7.3.7. O candidato é responsável por realizar a prova em conexão estável e segura.

7.3.8. O candidato que não realizar a prova *on-line* no período constante do item 7.3 será automaticamente eliminado do processo seletivo.

7.4. A prova será baseada nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo I deste edital.

7.5. **Antes do início da prova**, o candidato deverá:

7.5.1. Certificar-se de sua disponibilidade de tempo para realizar a prova.

7.5.2. Procurar local tranquilo e silencioso.

7.5.3. Realizar a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas.

7.5.4. Utilizar dispositivo que possua câmera e procurar acessar a prova em local que ofereça internet banda larga.

7.5.5. Abrir **somente uma** janela/aba do navegador.

7.5.6. Certificar-se de que o navegador está com o Java Script ativado.

7.5.7. Certificar-se de que está utilizando os acessórios pessoais necessários para a realização da prova (como óculos ou lentes de grau).

7.5.8. Tirar a foto solicitada por meio da câmera do dispositivo acessado.

7.5.8.1. Caso o dispositivo seja o celular, a foto deve ser tirada pela **câmera frontal**, devendo-se manter o ângulo do início ao fim da prova.

7.5.8.2. O candidato só poderá realizar a prova *on-line* após a captura da imagem para fins de comprovação de sua identidade.

7.5.8.3. A foto tirada para iniciar a prova será arquivada no histórico do processo para prestação de contas durante o período determinado na legislação vigente.

7.6. **Durante a realização da prova**, o candidato **não poderá**:

7.6.1. Sair da visão da câmera.

7.6.2. Ter objetos na visão da câmera (como calculadoras, espelhos, quadros, celulares, ar-condicionado, entre outros).

7.6.3. Utilizar novos acessórios de uso pessoal (como óculos, bonés, entre outros) que não estivessem constando no momento em que for tirada a foto inicial para realização da prova.

7.6.4. Abrir mais de uma janela/aba do navegador.

7.6.5. Ter a presença de outras pessoas.

7.6.6. Movimentar o dispositivo durante a realização da prova.

7.7. **Durante a realização da prova**, o candidato **deverá**:

7.7.1. Estar em ambiente de fundo neutro a fim de evitar a identificação de objetos ou aparelhos eletrônicos.

7.7.2. Permanecer no mesmo ambiente em que tenha tirado a foto do início ao fim para que o ângulo seja mantido.

7.8. Durante a realização da prova, serão capturadas fotos dos candidatos de forma automática e aleatória.

7.8.1. No ato da inscrição, o candidato deverá firmar ciência e concordância com a captura de sua imagem, por meio de fotos, durante o período em que estiver realizando a prova.

7.8.2. Fica o CIEE responsável pela coleta e guarda das fotos capturadas durante a realização das provas.

7.9. A burla ou a tentativa de burla às regras mencionadas nos itens 7.6 e 7.7 deste edital, bem como em outras normas relativas ao processo seletivo, comunicados, instruções ao candidato ou nas próprias provas acarretarão a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA

8.1. A prova objetiva de nível superior para preenchimento de vagas nas unidades do Superior Tribunal de Justiça de caráter eliminatório e classificatório será constituída de quarenta questões no total, conforme especificado no item 7.2, sendo atribuído o valor de um ponto para cada item, totalizando quarenta pontos, e abrangerá os conteúdos constantes do Anexo I.

8.2. Somente será considerado aprovado na primeira fase do processo seletivo o candidato que obtiver, no mínimo, 50% de pontos no total da prova objetiva, desde que não obtenha nota zero em nenhuma área de conhecimento.

9. DOS RECURSOS DA PROVA

9.1. A prova objetiva e o respectivo gabarito provisório serão divulgados no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>), na **data provável de 13 de novembro de 2024**.

9.2. Os recursos deverão ser registrados em formulário específico, conforme o modelo constante no Anexo III deste edital e disponível para *download* no sítio do CIEE.

9.3. Os formulários de recurso, devidamente assinados e digitalizados, deverão ser encaminhados eletronicamente **até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 14 de novembro de 2024** para o e-mail recursos@ciee.org.br.

9.4. Não serão aceitos recursos por via postal ou outro meio não previsto neste edital.

9.5. Serão rejeitados, liminarmente, os recursos enviados fora do prazo indicado no item 9.3, bem como aqueles que estiverem em desacordo com este edital e não contiverem os dados necessários à identificação do candidato ou forem redigidos de forma ofensiva.

9.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, entre outros, com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

9.7. Os recursos do processo seletivo serão analisados e decididos pelo CIEE, cuja decisão será irrecurável, consistindo em última instância para recursos.

9.8. Caso o exame do recurso resulte na anulação de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito oficial.

10. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL

10.1. O gabarito oficial da prova será divulgado na data provável de **3 de dezembro de 2024** no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Caso haja empate entre candidatos do curso de Direito, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

11.1.1. obtiver maior pontuação em Gramática.

11.1.2. obtiver maior pontuação em Direito Processual Civil.

11.1.3. for mais idoso.

11.2. Caso haja empate entre candidatos dos demais cursos de nível superior, exceto Direito, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

11.2.1. obtiver maior pontuação em Gramática.

11.2.2. obtiver maior pontuação em Interpretação de Texto.

11.2.3. for mais idoso.

12. DA CLASSIFICAÇÃO

12.1. Para os candidatos aprovados na fase de aplicação da prova objetiva do curso de Direito, serão elaboradas listas de classificados, por semestre, em ordem decrescente de pontos obtidos na prova objetiva, nas quais constarão apenas os nomes dos candidatos que obtiverem nota mínima para aprovação.

12.1.1. Para os candidatos aprovados na fase de aplicação da prova objetiva dos demais cursos de nível superior, exceto Direito, serão elaboradas listas de classificados, em ordem decrescente de pontos obtidos na prova objetiva, nas quais constarão apenas os nomes dos candidatos que obtiverem nota mínima para aprovação.

12.2. Os candidatos aprovados entre os que tiverem participado da seleção com reservas de vagas terão seus nomes publicados em listas à parte, nas quais constarão apenas os nomes dos candidatos que obtiverem nota mínima para aprovação, observada a seleção para a qual concorreram, conforme a seguir especificado:

12.2.1. Candidatos com deficiência.

12.2.2. Candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos).

12.2.3. Candidatos autodeclarados indígenas brasileiros.

12.3. A lista de aprovados na primeira fase do processo seletivo será publicada conforme a opção indicada na inscrição, da seguinte forma: ampla concorrência, pessoa com deficiência, negro (preto ou pardo) e indígena brasileiro.

12.3.1. Constarão em cada lista de aprovados as seguintes informações: classificação, nome de registro do candidato, curso, semestre/ano (na data de inscrição), notas obtidas em cada área de conhecimento e nota final com o total de pontos obtidos na prova.

12.3.2. As listas serão publicadas no sítio do CIEE, na internet (www.ciee.org.br), e na página do Superior Tribunal de Justiça na internet (<https://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Institucional/Estagio>).

12.4. Os candidatos que não obtiverem a nota mínima para aprovação não terão seu nome divulgado.

12.4.1. Nos casos citados no item 12.4, o candidato poderá obter informações por meio da Central de Atendimento do CIEE, pelo telefone **(61) 3003-2433**, das 8h às 18h, em dias úteis, ou via *e-mail* eucandidato@ciee.org.br.

13. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O resultado da primeira fase do processo seletivo destinado à formação de cadastro de reserva será divulgado no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>), na data provável de **16 de dezembro de 2024**.

13.2 O detalhamento do cronograma do processo seletivo consta no Anexo IV deste edital.

14. DA ANÁLISE CURRICULAR

14.1. Para o preenchimento das vagas de estágio, serão observados os requisitos exigidos para a vaga de cada unidade do Superior Tribunal de Justiça, tais como: curso, semestre, histórico, horário do estágio, conhecimentos específicos (ex.: matérias cursadas), entre outros, conforme especificado em formulário.

14.2. Ficará a cargo do CIEE a seleção, entre os aprovados, dos candidatos que possuem os requisitos definidos pelas unidades para o preenchimento da vaga.

14.3. O CIEE, para o encaminhamento dos candidatos, observará a classificação e os dados curriculares dos candidatos aprovados, de acordo com informações apresentadas pelos estudantes e constantes em seu banco de dados.

14.4. A prioridade no encaminhamento para entrevista observará a ordem de classificação dos candidatos aprovados e respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerando a relação entre o número total de vagas que surgirem durante o período de validade do processo seletivo e o percentual de vagas reservadas aos candidatos com deficiência, negros (pretos ou pardos) e indígenas brasileiros.

14.4.1. O primeiro candidato com deficiência aprovado na primeira fase do processo seletivo será convocado da respectiva lista de classificação para preencher a primeira vaga de estágio que surgir durante a validade do certame; o segundo será convocado para a décima primeira vaga; o terceiro, para a vigésima primeira e, assim, sucessivamente, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

14.4.2. Os candidatos aprovados na primeira fase que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) serão convocados da respectiva lista para preencher a terceira, a sexta e a nona vaga, para cada grupo de dez vagas que surgirem durante a validade do certame, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

14.4.3. O primeiro candidato autodeclarado indígena brasileiro aprovado na primeira fase do processo seletivo será convocado da respectiva lista de classificação para preencher a quinta vaga de estágio que surgir durante a validade do certame; o segundo será convocado para a décima quinta vaga; o terceiro, para a vigésima quinta vaga e, assim, sucessivamente, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

15. DA ENTREVISTA E DA AVALIAÇÃO DE HABILIDADES

15.1. O candidato aprovado na prova objetiva e selecionado na fase de análise curricular será convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades, tais como prova escrita, redação, análise dos conhecimentos específicos ou outras, à medida que surgirem vagas com requisitos exigidos compatíveis com seu perfil.

15.2. O candidato não aprovado na entrevista e/ou na avaliação de habilidades para preenchimento da vaga para a qual foi encaminhado permanecerá na lista de aprovados aguardando nova convocação.

15.3. A convocação do candidato aprovado para entrevista no Tribunal será realizada pelo CIEE, mediante contato telefônico.

15.4. Serão considerados para convocação os telefones registrados pelo candidato no cadastro do CIEE.

15.5. Para cada vaga de estágio a ser preenchida serão efetuadas, em um mesmo dia e em horário diverso ao de realização das atividades escolares ou acadêmicas, conforme o item 15.3, duas tentativas de contato, consoante os números telefônicos registrados, com cada candidato a ser convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades.

15.5.1. No caso de o candidato não ser localizado nas tentativas de contato realizadas pelo CIEE, seu nome permanecerá na lista de aprovados aguardando o surgimento de nova oportunidade e outro candidato aprovado que possua o perfil requerido será convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades.

15.5.1.1. Caso o candidato não seja localizado para encaminhamento a uma segunda oportunidade de entrevista, o CIEE enviará e - *mail* ao candidato para se manifestar quanto ao interesse em permanecer na lista de aprovados do certame, o qual terá dois dias úteis para responder à mensagem enviada.

15.5.1.2. O candidato que responder à mensagem enviada pelo CIEE manifestando interesse em permanecer na lista de aprovados do certame poderá ser convocado para novas oportunidades de entrevista e/ou avaliação de habilidades.

15.5.1.3. Ao candidato que não enviar resposta à mensagem encaminhada pelo CIEE somente será ofertada mais uma oportunidade de entrevista e/ou avaliação de habilidades, caso surja vaga compatível com seu perfil.

15.6. O candidato pode, caso deseje, ser remanejado para o final da lista de classificação, a partir do contato telefônico realizado pelo CIEE, o qual encaminhará *e-mail* ao candidato formalizando o atendimento da solicitação.

15.7. Todas as tentativas de contato telefônico com os candidatos serão registradas pelo CIEE.

16. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

16.1. O processo seletivo terá validade até 31/12/2025, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de, no máximo, 6 meses, até 31/12/2026, a critério do Tribunal.

16.2. As listagens objeto deste edital somente serão utilizadas caso não haja candidato aprovado na listagem anterior de processo seletivo vigente dos cursos elencados no item 1.1 que atenda aos requisitos exigidos para a vaga, tais como semestre, turno de aula, conhecimentos específicos, entre outros.

17. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTÁGIO

17.1. A aprovação na primeira fase no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de vaga compatível com seu perfil durante o período de validade do processo seletivo e à sua aprovação na fase de entrevista e/ou na avaliação de habilidades.

17.2. Caso o horário de estágio seja incompatível com os horários de atividades escolares ou acadêmicas, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível.

17.3. Serão considerados como horários de atividades escolares ou acadêmicas do candidato aqueles que estiverem registrados no cadastro do CIEE.

17.4. As vagas destinadas aos candidatos aprovados nas reservas de cotas especificadas no item 5, quando não forem providas por falta de candidatos aprovados nessa condição ou por não haver candidato que atenda aos requisitos para preenchimento da vaga de estágio ofertada, em qualquer fase do processo seletivo, serão preenchidas pelas demais candidatos aprovados.

17.5. Na hipótese de esgotamento do cadastro de reserva de quaisquer das seleções para os cursos elencados no item 1.1 de processos seletivos anteriores ou na ausência de candidato com perfil adequado para preenchimento da vaga, será possível o aproveitamento de aprovados desta seleção.

17.6. A convocação dos candidatos levará em consideração as diretrizes específicas estabelecidas pelas instituições de ensino, acatando as exigências do currículo mínimo para a realização de estágio, quando for o caso.

17.7. Será eliminado da lista de classificados, em qualquer fase do processo seletivo, o candidato que:

17.7.1. Não aceitar ocupar a vaga de estágio disponível quando convocado e selecionado.

17.7.2. Recusar-se a iniciar o estágio em data, local e demais condições estipuladas pelo Tribunal.

17.7.3. Não for localizado após a terceira tentativa de encaminhamento para nova oportunidade de estágio, conforme descrito nos itens 15.5.1, 15.5.1.1 e 15.5.1.3.

17.7.4. Informar dados que não condigam com sua situação escolar ou que estejam em desconformidade com os requisitos exigidos por este edital, tal como semestre, curso, entre outros.

17.7.5. Não apresentar a documentação solicitada para a efetivação de sua contratação ou apresentar documentação na qual seja identificada qualquer inconsistência ou informação incorreta.

17.7.6. Estar matriculado em instituição de ensino localizada em município não mencionado no item 1.2.1.

17.8. Nas hipóteses elencadas nos subitens 17.7.1 a 17.7.6, o candidato poderá encaminhar, via *e-mail*, no prazo de dois dias úteis, contados a partir do contato telefônico realizado pelo CIEE, justificativa formal para o endereço ciee.stj@ciee.org.br, a qual será analisada pela unidade responsável pelo Programa de Estágio no Superior Tribunal de Justiça, que decidirá sobre a sua permanência ou não na lista de aprovados.

17.9. O candidato que desistir formalmente de ingressar no estágio do Superior Tribunal de Justiça será eliminado do processo seletivo.

17.9.1. A formalização da desistência dar-se-á por *e-mail* enviado pelo candidato para o endereço ciee.stj@ciee.org.br, no prazo de um dia útil, contado a partir do contato telefônico realizado pelo CIEE.

17.9.2. Caso o candidato não formalize o pedido de desistência, conforme descrito no item 17.9.1, esse será formalizado por *e-mail* encaminhado pelo CIEE para o endereço eletrônico registrado no cadastro do estudante.

17.10. Não será fornecido ao candidato comprovante de aprovação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de aprovados divulgadas no sítio do CIEE na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

17.11. O Tribunal reserva-se o direito de convocar candidatos em número compatível com a disponibilidade orçamentária e a existência de vagas de estágio.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Quaisquer alterações, inclusões ou retificações realizadas neste edital serão publicadas por meio de edital específico e disponibilizadas no sítio do CIEE, na internet (<https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>).

18.2. As bolsas de estágio terão os seguintes valores mensais:

18.2.1. R\$ 976,00 (novecentos e setenta e seis reais) para estágio de nível superior com carga horária de vinte horas semanais.

18.2.2. R\$ 1.464,00 (mil quatrocentos e sessenta e quatro reais) para estágio de nível superior com carga horária de trinta horas semanais.

18.3. O estagiário tem direito a auxílio-transporte no valor de R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos) por dia estagiado.

18.4. O estagiário não faz jus a outros benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde ou similares.

18.5. Os valores das bolsas de estágio e do auxílio-transporte poderão ser alterados, a qualquer tempo, por ato da autoridade competente.

18.6. A jornada de estágio é de vinte horas semanais ou de trinta horas semanais, conforme consta no item 2.3 deste edital.

18.7. A duração do estágio no Superior Tribunal de Justiça não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estudante com deficiência.

18.8. O estagiário estará segurado contra acidentes pessoais durante a vigência do Termo de Compromisso de Estágio – TCE.

18.9. Não poderá ingressar no estágio remunerado do Tribunal:

18.9.1. Estudante que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados.

18.9.2. Ocupante de cargo, emprego ou função vinculados a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

18.9.3. Militar da União, dos estados ou do Distrito Federal.

18.9.4. Titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

18.9.5. Estudante que realizar estágio em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária de estágio, quando somada à do Superior Tribunal de Justiça, exceda seis horas.

18.10. O candidato, no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e de posteriores aditamentos, deverá firmar declaração de que não possui nenhum dos vínculos mencionados no item 18.9.

18.11. Aplica-se à realização de estágio no âmbito do Tribunal o disposto no Enunciado Administrativo n. 7 do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de junho de 2008, que trata de vedação à prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário.

18.12. A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o Tribunal.

18.13. No ato da inscrição, o candidato ficará ciente dos termos deste edital, bem como do fato de que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, serão tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do processo seletivo e a divulgação dos resultados, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a administração pública e aos termos da Lei n. 13.709/2018.

18.13.1. Ao submeter-se à inscrição para participar deste processo seletivo, o candidato deverá registrar manifestação livre, informada e inequívoca pela qual concorda com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade específica deste edital, conforme o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com as alterações introduzidas pela Lei n. 13.853/2019.

18.13.2. Os dados pessoais coletados e tratados serão armazenados pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades indicadas neste edital.

18.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE em conjunto com o Tribunal.

SERGIO JOSÉ AMERICO PEDREIRA

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR - EXCETO DIREITO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Gramática. 1.1 Acentuação. 1.2 Classe de palavras. 1.3 Emprego de tempos e modos verbais. 1.4 Concordância verbal e nominal. 1.5 Flexão das palavras. 1.6 Ortografia. 2 Interpretação de Texto. **REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno do STJ):** 1 Composição e Organização (arts. 1º ao 7º). **CÓDIGO DE CONDUTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Código de Conduta do STJ).**

NÍVEL SUPERIOR – DIREITO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Gramática. 1.1 Acentuação. 1.2 Classe de palavras. 1.3 Emprego de tempos e modos verbais. 1.4 Concordância verbal e nominal. 1.5 Flexão das palavras. 1.6 Ortografia. 2 Interpretação de Texto. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1 Administração Pública. 2 Estrutura administrativa: conceito; elementos e poderes do Estado. 3 Organização do Estado e da Administração, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos. 4 Atividade administrativa: conceito; natureza e fins; princípios básicos; poderes e deveres do administrador público; o uso e o abuso do poder. 5 Organização administrativa da União. 6 Administração direta e indireta: autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista. 7 Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia. 8 Atos administrativos: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação. 9 Processo administrativo: Lei n. 9.784/99. 10 Prescrição, decadência e preclusão. 11 Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade objetiva; reparação do dano. **DIREITO CIVIL:** 1 Lei: vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. 2 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 3 Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. 4 Domicílio. 5 Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; atos ilícitos; prescrição e decadência. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 1.1 Supremacia da Constituição. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3 Interpretação das normas constitucionais. 2 Princípios fundamentais. 2.1 Direitos e garantias fundamentais. 2.2 Direitos e deveres individuais e coletivos. 2.3 Direitos políticos. 3 Administração Pública. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Servidores públicos. 4. Poder Judiciário. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Superior Tribunal de Justiça. 4.3 Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; advocacia e defensoria públicas. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1 Ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. 2 Competência: conceito; competência territorial, objetiva e funcional; 3 Prazos processuais: disposições gerais, contagem, preclusão, prescrição, penalidades (pelo descumprimento). 4 Sujeitos do processo: partes e procuradores; juiz; Ministério Público (funções, deveres e responsabilidades). 5 Comunicação dos atos processuais: citação; intimação e notificação (conceito, forma, requisitos e espécies). 6 Procedimento ordinário: petição inicial; resposta do réu; revelia; providências preliminares; julgamento conforme o estado do processo; despachos; decisões e sentenças (conceitos e requisitos) 7. Recursos: recursos, das disposições gerais, da apelação, do agravo de instrumento, do agravo interno, dos embargos de declaração, dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, do recurso ordinário, do recurso extraordinário e do recurso especial; subseção do recurso especial repetitivo; do agravo em recurso especial; dos embargos de divergência. **DIREITO PROCESSUAL PENAL:** 1 Disposições preliminares. 2 Do inquérito policial, da ação penal, da ação civil. 3 Da competência. 4 Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. 5 Das citações e intimações. 6 Da sentença. 7 Do processo comum. 8 Dos recursos em geral. 9 Das cartas rogatórias. 10 Da homologação das sentenças estrangeiras. **REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno do STJ):** 1 Composição e Organização (arts. 1º ao 7º). **CÓDIGO DE CONDUTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Código de Conduta do STJ).**

REQUERIMENTO

Eu, _____, carteira de identidade (RG) n. _____, CPF n. _____, venho por meio deste requerer a utilização do nome social de _____ (menor de idade), sob minha responsabilidade, para fins de participação no processo seletivo de estagiários do Superior Tribunal de Justiça, conforme estabelecido no Edital de Abertura n. 2/2024.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Assinatura

**ANEXO III
AO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE
PROCESSO SELETIVO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Nome:						
RG:		Emissor:	Estado		CPF:	
Telefone:				E-mail:		
Curso:				Semestre:		
Matéria:				Número da questão:		
prova:	Resposta marcada na		publicado:	Resposta do gabarito		
Espaço para argumentação do recurso:						

Assinatura:

Data: ____/____/____

CIEE/DF | Licitações e Seleções Públicas

ANEXO IV

PROCESSO SELETIVO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

CRONOGRAMA

RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	DATAS
Candidato	Período de inscrições e realização da prova <i>on-line</i>	30/10/2024 a 12/11/2024
CIEE	Publicação do gabarito provisório	13/11/2024
Candidato	Prazo para recurso	14/11/2024
CIEE	Publicação do gabarito oficial	4/12/2024
CIEE	Publicação do resultado da primeira fase do processo seletivo	16/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 25/10/2024, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5872607** e o código CRC **76A884CC**.